



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

RELATÓRIO DE CONTAS 2020

(01 de janeiro a 31 dezembro 2020)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

Nota Introdutória

Nos termos do Despacho n.º 558/2014, de 7 de abril, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, foi criada a entidade contabilística A028 – Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM), dotada de autonomia administrativa.

Na sequência do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de Dezembro, foi aprovada a orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, tendo sido criada a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, órgão operativo do Governo Regional que exerce competências em matéria de oceanografia, pescas e aquicultura, valorização e preservação do meio marinho, ordenamento do espaço marinho até às 200 milhas marítimas, gestão das áreas marinhas protegidas, ordenamento e cogestão integrada com o Estado do espaço marinho para além das 200 milhas marítimas, ordenamento e gestão das orlas costeiras, cooperação com a Autoridade Marítima, colaboração com a investigação científica marinha e inspeção de pescas. Na dependência deste departamento governamental, encontra-se a Direção Regional dos Assuntos do Mar, cuja orgânica se mantém de acordo com o previsto no Decreto Regulamentar Regional 4/2015/A, de 20 de fevereiro.

O presente relatório tem como objetivo a apresentação da Conta de Gerência da DRAM, relativa ao exercício económico de 2020, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Instrução n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 46, de 6 de março e a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), doravante designado apenas por SNC-AP, vem permitir dotar as administrações Públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente, para além de permitir, também, a uniformização dos procedimentos. O SNC-AP passa então a contemplar os três subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

A implementação do SNC-AP nas entidades públicas foi efetuada de forma gradual, tendo em consideração a complexidade de cada serviço, passando a DRAM a utilizar este



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

referencial contabilístico a partir da prestação de contas de 2020, em conformidade com as orientações da Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

Nos termos do art.º 350º, n.º 1 da Lei n.º 75-B/2020, de 31/12, que aprova o Orçamento de Estado para 2021, os Serviços Integrados estão dispensados da certificação legal de contas na prestação de contas de 2020.

Nas notas que adiante apresentamos, damos conta das informações relevantes para melhor compreensão das demonstrações financeiras, tendo por base as características qualitativas principais da informação, a relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade, a oportunidade, a comparabilidade e a verificabilidade. As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas. Os respetivos quadros solicitados, quando aplicável, encontram-se reportados em anexo.

Os documentos relativos à prestação de contas serão disponibilizados no portal institucional da DRAM, no seguinte endereço: http://www.azores.gov.pt/gra/srmct-mar/conteudos/livres/conta_gerencia.htm.

I - Processo e Desempenho Orçamental

O orçamento da entidade DRAM enquadra-se nas designações orgânicas 06, capítulo 02, divisão 01, para as despesas no âmbito do Orçamento de Funcionamento e capítulo 50, programa 13, incluindo todos os respetivos projetos e ações, no âmbito do Plano de Investimentos.

O programa 13, relativo plano de investimentos, contou com uma dotação inicial de 7.424.649€ e corrigida de 11.483.849€ (reforço com a finalidade de concretizar os investimentos necessários para recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo – DLR n.º 10/2020/A).

O orçamento de funcionamento teve como dotação inicial 620.500,00€, apresentando no final do exercício uma dotação corrigida de 702.455€.

A execução orçamental encontra-se explanada no relatório de gestão da DRAM.

I.1 – Demonstração de desempenho orçamental

Esta demonstração evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos efetuados no período de relato.

O mapa está reportado em anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

II.2 – Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração permite o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico.

O mapa está reportado em anexo.

II.3 – Demonstração da execução orçamental da despesa

Esta demonstração permite o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico.

O mapa está reportado em anexo.

II - Processo e Desempenho Financeiro

II.1 - Balanço

O balanço representa todos os bens, direitos e as obrigações que uma entidade possui, sendo de apresentação obrigatória aquando do fecho de contas.

Visto que a DRAM em 2020 presta contas pela primeira vez em SNC-AP, foi elaborada a reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP, nos termos no manual de implementação da Comissão de Normalização Contabilística.

O normativo utilizado na prestação de contas anterior ao período de relato foi o POCP.

Por força da Orientação para os trabalhos de transição para o SNC-AP, e conforme previsto na Circular nº 1/DROT-DSP/2018 de 20 de novembro e seus aditamentos, SAI-Circ-DROT/2018/2775/MLS de 26 de dezembro e SAI-DROT/2019/348/MLS de 12 de fevereiro, foram recebidas instruções no sentido de reconhecer os ativos imóveis no balanço do respetivo titular legal, a Região Autónoma dos Açores, nos termos do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário publico.

Nesse sentido, foi desreconhecido um item relativo a ativos fixos tangíveis (imóvel - bem de domínio público), relativo a empreitada de obras públicas iniciada em anos anteriores e cuja conclusão ocorreu durante 2020. O valor registado nesse item até 31/12/2019 foi assim desreconhecido, tendo sido regularizada as contas de ativos fixos tangíveis, bem como as contas de regularização de resultados transitados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

Relativamente aos itens do balanço, em 2020 a DRAM registou verbas em diferimentos, designadamente seguros, inscreveu verbas em acréscimos provenientes na sua maioria de encargos das instalações e registou quantias em proveitos diferidos provenientes dos valores de subsídios ao investimento referentes à aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis com recurso a financiamento comunitário, de acordo com as orientações provenientes da Circular Sai-DROT-GERFIP/2019/2634/MLS, espelhados na rubrica de outras variações no património líquido.

Ainda referente ao ativo corrente, evidencia-se um saldo de caixa e depósitos relativo às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários de dezembro, tanto do orçamento de funcionamento como do plano de investimentos, que transitaram para pagamento em janeiro.

No lado do passivo corrente evidenciam-se vários valores nas contas de dividas a terceiros, entre eles os relativos às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários e os valores registados como acréscimos.

O mapa está reportado em anexo.

II.2 - Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os rendimentos e os gastos, durante o período de relato.

O montante evidenciado em outros rendimentos refere-se à especialização anual dos subsídios, relativo aos ativos fixos tangíveis/intangíveis objeto de financiamento comunitário.

Relativamente à rubrica outros gastos, a mesma reflete o desreconhecimento de um item de ativo fixo tangível (imóvel – bem de domínio público), relativo a empreitada de obras públicas iniciada em anos anteriores e cuja conclusão ocorreu durante 2020. O montante em causa, relativo à valorização da rubrica de ativos fixos tangíveis durante 2020, foi desta forma regularizado.

Registou-se um crescimento na generalidade das rubricas de gastos, sendo de destacar os fornecimentos e serviços externos, os outros gastos, as transferências e subsídios concedidos e as depreciações e amortizações.

O mapa está reportado em anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

II.3 – Demonstração das alterações no património líquido

Conforme referido no ponto II.1, e por força das instruções recebidas da DROT, foi registado o desreconhecimento de um item relativo a ativos fixos tangíveis (imóvel - bem de domínio público), relativo a empreitada de obras públicas iniciada em anos anteriores e cuja conclusão ocorreu durante 2020. O valor registado nesse item até 31/12/2019 (6.642.562,93€) foi assim desreconhecido, tendo esse movimento sido refletido nos resultados transitados.

O mapa está reportado em anexo.

II.4 - Fluxos de caixa

O montante a transitar para o saldo de gerência seguinte refere-se às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários de dezembro, que transitaram para pagamento em janeiro.

O mapa está reportado em anexo.

III – Anexo às Demonstrações Orçamentais

As alterações orçamentais do Plano de Investimentos e do Orçamento de Funcionamento são autorizadas superiormente de acordo com as respetivas competências.

Foram compiladas as alterações orçamentais efetuadas no período de relato, do orçamento de funcionamento e do plano nos anexos A028_modificações_OF_2020 e A028_modificações_Plano_2020, respetivamente.

III.1 – Alterações orçamentais da receita

O mapa está reportado em anexo.

III.2 – Alterações orçamentais da despesa

O mapa está reportado em anexo.

III.3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

III.4 – Operações de tesouraria

O mapa está reportado em anexo.

III.5-1 – Contratação administrativa – situação dos contratos

O mapa de contratação administrativa apresenta os contratos escritos celebrados, com pagamentos durante o exercício em análise. O mapa está reportado em anexo.

III.5.2 – Contratação administrativa – adjudicação por tipo de procedimento

O mapa está reportado em anexo.

III.6.1 – Transferências e subsídios concedidos

O mapa está reportado em anexo.

III.6.2 – Transferências e subsídios recebidos

O mapa está reportado em anexo.

III.7 – Outras divulgações

Não existem outros acontecimentos considerados relevantes no período de relato.

IV - Anexo às demonstrações financeiras

IV.1 - Caracterização da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IV.1.1 – Identificação da entidade e período de relato

Direção Regional dos Assuntos do Mar

R. Cônsul Dabney, Apartado 9, 9900-014 Horta, Faial

Telefone: 292 202 400; Fax: 292 293 166; Email: info.dram@azores.gov.pt

Código de Classificação Orgânica: Designação orgânica 06 – Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, capítulo 02 – Direção Regional dos Assuntos do Mar, respeitante ao orçamento de funcionamento e Capítulo 50 – Despesas do Plano, Programa 13 – Assuntos do Mar, Projetos 1 – Gestão e requalificação da orla costeira, 2 – Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, 3 – Escola do Mar dos Açores e 4 – Recuperação dos efeitos da Intempérie Lorenzo, para as despesas do Plano de Investimentos.

Empresa A028 – Direção Regional dos Assuntos do Mar, em GERFIP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

Tutela: Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa, Despacho n.º 558/2014 de 7 de abril de 2014

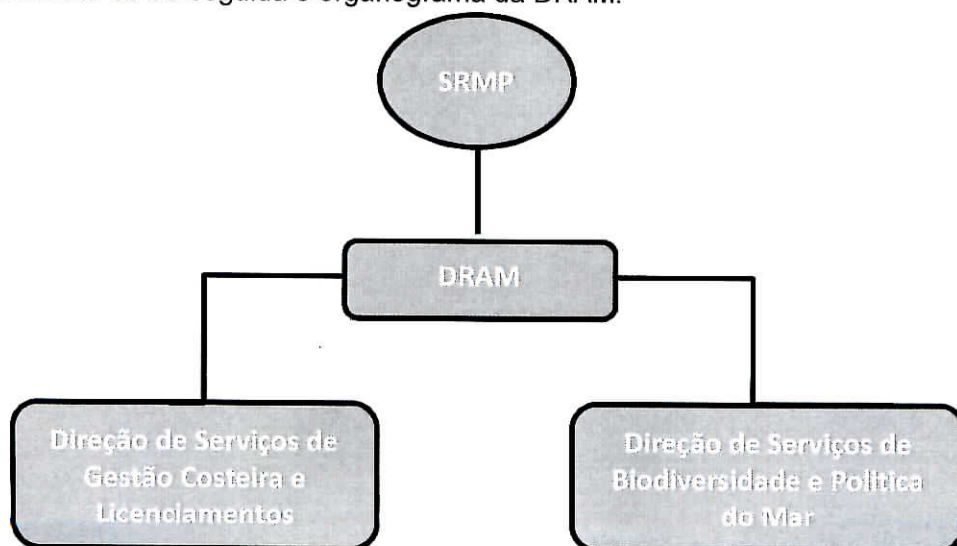
A Direção Regional dos Assuntos do Mar está sediada na Horta.

Na sequência da constituição do XIII Governo Regional dos Açores, e conforme previsto no Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, a Direção Regional dos Assuntos do Mar passa a ser tutelada pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, mantendo a mesma natureza jurídica e estrutura orgânica prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro.

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar, Filipe Mora Porteiro, responsável pela entidade contabilística A028 – DRAM, cessou funções a 21 de dezembro de 2020, tendo sido substituído pelo atual Diretor Regional dos Assuntos do Mar, Pedro Manuel Mendonça das Neves, a 22 de dezembro de 2020.

Tendo em consideração as datas de cessão do anterior responsável, foi solicitada a prestação de contas inteira em 2020 da entidade contabilística A028 – DRAM, evidenciando os períodos relativos a cada responsável.

Apresenta-se de seguida o organograma da DRAM.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

A DRAM tem por missão contribuir para a definição da política regional para a valorização do Mar dos Açores, nomeadamente através da gestão integrada e sustentável do espaço marítimo, da exploração oceanográfica, da conservação e proteção dos recursos, do licenciamento de usos do mar e do ordenamento e proteção das orlas costeiras, bem como orientar, coordenar e controlar a sua execução.

À DRAM encontram-se atribuídas as seguintes competências:

- a) propor os objetivos, as prioridades e a estratégia para a formulação da política regional nos domínios da sua missão, bem como as medidas necessárias à concretização daquela política, incluindo o respetivo financiamento;
- b) promover, elaborar, gerir e monitorizar, planos, programas, projetos e medidas, bem como executar as ações que lhe sejam atribuídas relacionadas com a implementação dos mecanismos de concretização da política regional, nacional ou comunitária, nos domínios da sua missão;
- c) contribuir para a formulação das orientações regionais no âmbito das políticas ou disposições comunitárias ou nacionais nos domínios da sua missão;
- d) exercer as funções de autoridade ambiental no meio marinho, nos termos legalmente fixados;
- e) gerir a utilização do Domínio Público Marítimo;
- f) apoiar as atividades de prevenção e combate à poluição marítima, incluindo pronunciar-se sobre programas específicos de prevenção e combate a acidentes graves de poluição em áreas com incidência sobre os recursos marinhos;
- g) assegurar a gestão da orla costeira regional de forma integrada e sustentável, promovendo a implementação de ações e medidas indispensáveis à sua requalificação e ordenamento, tendo em vista a salvaguarda de pessoas e bens e a preservação de valores ambientais;
- h) fomentar a utilização económica do mar e assegurar a sua sustentabilidade, com ênfase em novas atividades, como sejam a utilização dos recursos minerais, energéticos, bioquímicos e genéticos;
- i) realizar, dinamizar e apoiar atividades de promoção, divulgação, sensibilização e educação ambiental, na sua vertente marinha, bem como a formação e divulgação técnica em matéria de recursos marinhos;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

- j) promover a investigação científica marinha, identificando prioridades e favorecendo a inovação nos domínios da sua missão, em articulação com outros serviços com competência técnica na matéria;
- k) coordenar e implementar a salvaguarda da biodiversidade marinha e a promoção da conservação da natureza, incluindo a gestão das áreas marinhas classificadas e delimitadas para a salvaguarda de espécies, habitats e outros valores ambientais;
- l) coordenar as atividades de monitorização e acompanhar a investigação e bioprospeção no Mar dos Açores;
- m) promover a gestão integrada e a conservação dos recursos marinhos explorados ou afetados por atividades humanas, em articulação com outras entidades competentes na matéria;
- n) cooperar com os departamentos do Governo Regional com competências sobre os transportes marítimos e pescas, no que respeita às temáticas portuárias;
- o) cooperar com a Autoridade Marítima Nacional e com a Inspeção Regional das Pescas, para a fiscalização das atividades marítimas;
- p) zelar pela implementação da Estratégia Nacional para o Mar e do Plano Mar Portugal, especialmente da componente regional daquele documento;
- q) colaborar com o departamento do Governo Regional com competência sobre as questões culturais, em temáticas relacionadas com o património marítimo, nomeadamente em matéria de arqueologia subaquática e gestão dos parques arqueológicos subaquáticos, entre outros;
- r) garantir a divulgação generalizada de informação e o acesso público a serviços de interesse para os cidadãos e outras entidades, nos domínios da sua missão;
- s) contribuir para a formulação da legislação regional e pronunciar -se sobre documentação e legislação regional, nacional e comunitária, nos domínios da sua missão;
- t) implementar as medidas necessárias para obter e manter um «Bom Estado Ambiental», nos termos da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”;
- u) assegurar as ligações adequadas com os organismos internacionais, comunitários, nacionais e regionais nas áreas de relevância para o correto desempenho das suas atribuições.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

A DRAM é dirigida pelo Diretor Regional, Pedro Manuel Mendonça das Neves.

Relação dos responsáveis pelos departamentos da DRAM no período de referência do relatório:

Direção de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos: Fernando Jorge Almeida Pinto Cardoso

Direção de Serviços de Biodiversidade e Política do Mar: Gilberto Manuel Pinto Carreira

Relativamente ao número de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2020, apresenta-se no quadro abaixo a respetiva descriminação por serviço/quadro e categoria.

Serviço	Dirigentes / Gestores projeto	Técnicos superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Prestadores Serviço
DRAM Faial	4	16	3	1	5
DRAM S. Miguel		1			
TOTAL	4	17	3	1	5

As presentes demonstrações financeiras reportam-se ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

IV.1.2 – Referencial e organização contabilística e administrativa e demonstrações financeiras

Durante o período de relato foi seguido um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garantem a execução da contabilidade de forma uniforme, rigorosa e criteriosa, de acordo com as normas aplicáveis, de acordo com o manual de normas de controlo interno.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

Despesas – por processo, o qual integra o n.º de processo de despesa, a informação de cabimento, a autorização da despesa, o n.º de compromisso, a nota de encomenda (quando aplicável), o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente), o pedido de libertação de crédito (PLC), o pedido de autorização de pagamento (PAP) e o ofício comprovativo da transferência bancária efetuada. Estes processos estão arquivados por ordem sequencial de pagamento organizados de acordo com o n.º do PAP.

Outras Operações – Os Pedidos de Libertação de Crédito estão arquivados por número de documento do PLC.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

O sistema informático GERFIP - Gestão de Recursos Financeiros, em modo Partilhado para a Função Pública, para a execução da contabilidade, assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos e patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

O referencial contabilístico aplicado na preparação das demonstrações financeiras relativas à prestação de contas de 2020 foi o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), nos termos da Resolução n.º 2/2020 do Tribunal de Contas, de 23 de dezembro.

Sempre que possível a informação comparativa foi divulgada relativamente ao período anterior.

De acordo com o art.º 5º da Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto, é suspensa até 2025 a aplicação do regime instituído no art.º 35º da Lei de Enquadramento Orçamental, concretizado através do quadro plurianual das despesas públicas.

Nos termos do ponto 1.4 das Notas Técnicas da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 6 de março, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais previstas na NCP 1 e na NCP 26, pelo que a DRAM não apresenta os mapas previsionais.

IV.2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O critério usado na valorimetria das rubricas do balanço e da demonstração de resultados foi o custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes, com base na tabela prevista no classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, no seu anexo III, na sua redação atual.

A moeda funcional e de apresentação usada é o Euro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o pressuposto da continuidade.

De acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pela Portaria nº 189/2016, de 14 de julho, foi adotado o limite inferior de 100€ para reconhecimento dos ativos fixos.

IV.3 – Ativos intangíveis

O mapa está reportado em anexo.

IV.4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável

IV.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, o qual inclui qualquer custo diretamente indispensável para colocar os ativos na localização e condições necessárias para estes operarem conforme pretendido.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo como referência as taxas de depreciação definidas no Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento - classificador complementar 2 (CC2), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

De acordo com a Portaria nº 189/2016 de 14 de julho, os códigos e as respetivas vidas úteis relativamente às depreciações do classificador geral do CIBE (cadastro e inventário dos bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000 (2ª Série), mantiveram-se para os bens já detidos até 31/12/2017.

Considerando que, nos termos do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto (regime jurídico do património imobiliário público), a Região Autónoma dos Açores é o titular legal de todos os imóveis que se encontravam registados no balanço da DRAM. Considerando a necessidade de reconhecer esses ativos fixos tangíveis relativos a imóveis, no balanço do respetivo titular legal, a DRAM procedeu ao registo dos respetivos desreconhecimentos. Nesse sentido, foi desreconhecido um item relativo a ativos fixos tangíveis (imóvel - bem de domínio público), relativo a empreitada de obras públicas iniciada em anos anteriores e cuja conclusão ocorreu durante 2020. O valor registado



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

nesse item até 31/12/2019 foi assim desreconhecido, tendo sido regularizada as contas de ativos fixos tangíveis, bem como de regularização de resultados transitados.

O mapa está reportado em anexo.

IV.6 – Locações

Não aplicável

IV.7 – Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável

IV.8 – Propriedades de investimento

Não aplicável

IV.9 – Imparidade de ativos

A DRAM não registou imparidades de ativos no período de relato.

IV.10 – Inventários

A DRAM não tem qualquer valor registado em inventários.

IV.11 – Agricultura

Não aplicável

IV.12 – Contratos de construção

Não aplicável

IV.13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Não aplicável

IV.14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Não aplicável.

IV.15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

IV.16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

IV.17 – Acontecimentos após a data de relato

À data, não são reconhecidas quaisquer ocorrências posteriores com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020.

IV.18 – Instrumentos financeiros

Não aplicável

IV.19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável

IV.20 – Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável

IV.21 – Relato por segmentos

Não aplicável

IV.22 – Interesses em outras entidades

Não aplicável

V – Documentos Genéricos

V.1 – Relação nominal dos responsáveis (Mod 2)

Devido à tomada de posse do novo Governo Regional dos Açores e à consequente mudança de responsáveis, foram identificados na relação nominal dos responsáveis, os respetivos períodos de referência.

O mapa está reportado em anexo.

V.2– Responsáveis pelas demonstrações financeiras (Mod 3.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.3 – Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (Mod 4)

O mapa está reportado em anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

V.4 – Ata de apreciação das contas

Este serviço apenas possui um responsável, pelo que as contas não foram sujeitas a aprovação, nem objeto de relatório e parecer por parte de qualquer órgão de fiscalização. Deste modo, não foi elaborada nenhuma Ata.

V.5 – Caracterização da Entidade (Mod 8.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.6 – Mapa de acumulação de funções (Mod 10)

O mapa está reportado em anexo.

V.7 – Extrato dos saldos bancários reportados ao fim do exercício

O mapa está reportado em anexo.

V.8 – Reconciliações bancárias (Mod 11)

O mapa está reportado em anexo.

V.9 – Síntese das reconciliações bancárias (Mod 12.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.10 – Balancetes analíticos antes e após apuramento de resultados

Os mapas estão reportados em anexo.

V.11 – Reconciliação para o balanço de abertura

Sendo a primeira vez que a entidade contabilística A028 – DRAM presta contas em SNC-AP, apresenta-se a reconciliação para o balanço de abertura, no qual se evidencia o montante relativo aos desreconhecimentos dos ativos fixos tangíveis, de acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pela Portaria nº 189/2016, de 14 de julho e as políticas adotadas relativas à necessidade de reconhecer os ativos imóveis no balanço do respetivo titular legal, a Região Autónoma dos Açores, nos termos do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público. Desta forma, a DRAM procedeu ao registo dos desreconhecimentos em causa. Nesse sentido foi desreconhecido um item relativo a ativos fixos tangíveis (imóvel - bem de domínio público), relativo a empreitada de obras



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

públicas iniciada em anos anteriores e cuja conclusão ocorreu em 2020. O valor registado nesse item até 31/12/2019 foi assim desreconhecido, tendo sido regularizada as contas de ativos fixos tangíveis, bem como as contas de regularização de resultados transitados.

O mapa está reportado em anexo.

V.12 – Relatório de gestão

O relatório está reportado em anexo.

V.13 – Relatório de subvenções

O relatório está reportado em anexo.

V.14 - Fundo de Maneio

O fundo de maneo, no ano de 2020, foi constituído por conta de dotação inscrita no orçamento da DRAM, de acordo com o n.º 1 do artigo 11º do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2020/A, de 14 de fevereiro e Despacho do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e Regulamento de Fundo de Maneio, datado de 14 de fevereiro de 2020.

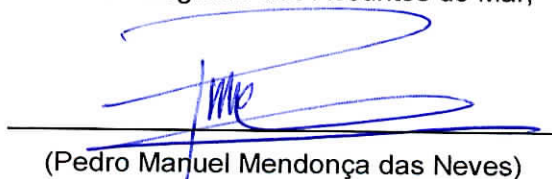
O Fundo de Maneio afeto à DRAM no ano de 2020, foi constituído no montante de 500€ (quinhentos euros), por contrapartida da dotação inscrita na rubrica 06.02.03.00 – Outras despesas correntes.

Os registos contabilísticos orçamentais e extraorçamentais foram efetuados em GERFIP.

As despesas de Fundo de Maneio estiveram sujeitas às regras de cabimento prévio e autorização da despesa, à semelhança das restantes despesas. Em complemento utilizaram-se livros de registo para controlo dos pagamentos efetuados, dos processamentos efetuados para reconstituição do fundo de maneo e dos movimentos bancários e de caixa.

Horta, 27 de abril de 2021

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar,



(Pedro Manuel Mendonça das Neves)